

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANA PAULA PEGUIN FERREIRA

**A DESIGUALDADE NO BRASIL E COMO MINIMIZÁ-LA ATRAVÉS DE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À RENDA**

CAMPINAS

2023

ANA PAULA PEGUIN FERREIRA

**A DESIGUALDADE NO BRASIL E COMO MINIMIZÁ-LA ATRAVÉS DE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À RENDA**

Projeto de Monografia apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas do Centro de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Profa. Dra. Eliane Navarro Rosandiski

PUC-CAMPINAS

2023

Dedico esta monografia aos meus pais Luiz Carlos Ferreira e Elenir Aparecida Peguin Ferreira, que sempre incentivaram meus estudos e fizeram de tudo para que esse dia chegasse.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Fome por Josué de Cadastro.....	17
--	----

TABELAS

Tabela 1 - Faixa de Remuneração Média por Salário Mínimo da Região Sudeste e Nordeste, em 2021.....	48
---	----

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Valor de Massa Salarial - 2021 (R\$ bilhões)	36
Gráfico 2 - Evolução da Massa Salarial de 2002 a 2021.....	37
Gráfico 3 - Valor de Remuneração Média de 2002 a 2021	40
Gráfico 4 - População Total Brasileira em 2021	41
Gráfico 5 - Valor Remuneração Média das Regiões Sudeste e Nordeste em 2021..	41
Gráfico 6 - População Total vs. População Empregada do Sudeste e Nordeste em 2021	42
Gráfico 7 - Total de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família de 2004 a 2022	45
Gráfico 8 - Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família (%) em 2021	46
Gráfico 9 - Pessoas em situação de informalidade (mil pessoas).....	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 A DESIGUALDADE E OS DESAFIOS PARA SEU ENFRENTAMENTO	8
1.1 A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL POR THOMAS PIKETTY.....	8
1.2 SOBRE A DESIGUALDADE	10
1.3 FOME: A FACETA MAIS CRUEL DA DESIGUALDADE	13
1.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	19
2 POLÍTICAS PÚBLICAS	20
2.1 SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS	20
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE INCENTIVO À RENDA	28
2.2.1 Bolsa Família	28
2.2.2 Salário mínimo.....	30
2.2.3 Renda Mínima	31
2.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	34
3 ANÁLISES DE MASSA SALARIAL, REMUNERAÇÃO MÉDIA E BENEFÍCIOS SOCIAIS	34
3.1 Valor Massa Salarial.....	35
3.2 Valor Remuneração Média.....	39
3.3 Comparação mercado de trabalho	43
3.4 Comparação populacional e de beneficiários	44
3.5 Faixa salarial com base do salário mínimo	47
3.6 Análise da posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal.....	49
3.7 Conclusão do capítulo.....	51
4 CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta monografia é analisar a desigualdade no Brasil e os impactos das políticas públicas de incentivo à renda como estratégia para minimizá-la.

A desigualdade é uma questão intrínseca à sociedade brasileira, que tem profundas raízes históricas e impactos devastadores nas vidas de milhões de cidadãos. Neste contexto, a presente monografia propõe uma análise aprofundada da desigualdade no Brasil e a investigação das formas pelas quais as políticas públicas de incentivo à renda podem atuar como instrumentos para minimizá-la.

O primeiro capítulo deste trabalho oferece uma conceituação detalhada da desigualdade e da vulnerabilidade social, expondo os principais problemas decorrentes dessas realidades, com um foco especial na fome e na disparidade de renda. Por meio de uma análise crítica e abrangente, este capítulo busca compreender a extensão do problema e sua relevância no contexto brasileiro, destacando os efeitos adversos sobre o bem-estar e a qualidade de vida da população.

O segundo capítulo aborda o contexto histórico das políticas públicas no Brasil, explorando sua importância no âmbito social e elucidando a estrutura de formações dessas políticas. Além disso, este capítulo fornece exemplos concretos de políticas públicas de incentivo à renda que têm sido implementadas no país, evidenciando as potenciais contribuições para a redução da desigualdade e da vulnerabilidade social.

O terceiro e último capítulo investiga os aspectos cruciais da dinâmica do mercado de trabalho no Brasil, fornecendo uma análise dos principais indicadores que moldam a realidade socioeconômica brasileira. Esta análise permitirá uma compreensão mais profunda das conexões entre o mercado de trabalho, a desigualdade de renda e as políticas públicas de incentivo à renda, contribuindo para a formulação de propostas e recomendações que possam efetivamente reduzir a desigualdade no país. A interpretação dos índices ocorre a partir da análise de dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNAD/T), entre outros, que servem para embasar a discussão acerca do tema.

Por meio deste trabalho, busca-se apresentar de que formas as políticas públicas atuam no cenário brasileiro e quais os impactos que têm sobre a desigualdade, principalmente, impulsionando a renda dos indivíduos mais carentes e criando uma perspectiva econômica movimentada. Durante este trabalho, será destacada a contribuição das políticas públicas para a redução da pobreza e busca por justiça social.

1 A DESIGUALDADE E OS DESAFIOS PARA SEU ENFRENTAMENTO

Nesse capítulo o tema desigualdade será abordado em diversos aspectos, primeiro será evidenciado o histórico da distribuição do capital. Em seguida, serão abordados diversos tópicos sobre a desigualdade, seu conceito, seus impactos sobre a sociedade e os tipos de desigualdade existentes, apresentando também os índices de desigualdade no mundo e Brasil. Por último, o trabalho abordará a principal consequência deste problema: a fome – trazendo a necessidade de políticas públicas de incentivo à renda para minimizar essas desigualdades presentes.

1.1 A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL POR THOMAS PIKETTY

No livro do economista francês Thomas Piketty (2014), o autor destaca que a desigualdade veio mais à tona depois da Revolução Industrial do século XIX, quando surgem novas formas de produção, mais produtivas e ofensivas aos trabalhadores (máquinas, equipamento industriais, recursos naturais) e, neste momento, as expectativas que a população tinha de uma sociedade mais justa e igualitária, a nível democrático, foi arruinada.

Para Piketty (2014), em todos os países, a desigualdade da riqueza, além da repartição de seu lucro sobre o capital, era maior que a distribuição da renda e do trabalho em si.

Logo na introdução, Piketty (2014) aponta que as desigualdades no sistema capitalistas regrediram durante 1914 e 1950, após um longo histórico de aumentos, e foi isso que fez com que muitos teóricos começassem a se debruçar sobre os estudos deste tópico, que se iniciaram com burgueses, e posteriormente foram fundamentos por conceituados pensadores, como Thomas Malthus, David Ricardo e Karl Marx. Entretanto, é possível observar que a desigualdade mensura passa novamente por uma curva crescente ao longo da década de 50 e se intensifica até os anos 1970.

Desde a década de 1970, a desigualdade voltou a aumentar nos países ricos, principalmente nos Estados Unidos, onde a concentração de renda na primeira década do século XXI voltou a atingir — e até excedeu — o nível recorde visto nos anos 1910-1920. É, portanto, essencial compreender por que e como a desigualdade diminuiu nesse interregno. (Piketty, 2014, p. 22)

Segundo Piketty (2014), a redução da disparidade de renda nos países industrializados, notada a partir de 1914 até 1950 pode ser explicada principalmente pelos efeitos da primeira e segunda Guerra Mundial, além dos choques econômicos e políticos que as acompanharam. Esses eventos levaram à destruição de parte da riqueza acumulada, resultando em crises econômicas e deflação nos preços dos ativos em geral, o que afetou a distribuição de renda em favor dos não-proprietários de capital. Como resultado, houve uma diminuição na concentração de renda e, conseqüentemente, na capacidade dos detentores de riqueza se apropriarem da renda.

Após o auge das crises, o crescimento do capital é retomado, expandido em duas ondas diferentes. A primeira delas foi entre 1950-1970, com uma velocidade mais discreta, mas foi controlada devido ao aumento da taxa de crescimento econômico após as guerras mundiais e por conta do estabelecimento de políticas públicas que visavam a redistribuição dos recursos após os impactos ocasionados pela Grande Depressão anos 30 e pelo caos instaurados pelas guerras, principalmente nos países mais envolvidos nelas. (Piketty, 2014, p. 27).

A partir de 1970, as preocupações dos economistas mudaram de foco: antes o objetivo era a criação de emprego, mas com os efeitos inflacionários na economia e na riqueza acumulada, a preocupação passou a ser a estabilidade monetária. Isso coincidiu com várias transformações no sistema capitalista, como a globalização, a financeirização da economia e o avanço das tecnologias produtivas da Terceira e Quarta Revolução Industrial. Essas mudanças levaram a um novo aumento nas desigualdades, que praticamente voltaram aos níveis observados antes da Primeira Guerra Mundial, e em alguns casos, até mesmo superaram esses níveis.

Consoante aos resultados da pesquisa da Oxfam (2022) em parceria com o Instituto Datafolha, de setembro de 2022, para 85% dos brasileiros e brasileiras, a chave para atingir o progresso no Brasil está na redução da desigualdade social entre ricos e pobres, outros 13% discordam parcial ou totalmente dessa ideia.

Para que seja possível mensurar a grandeza da desigualdade que permeia no Brasil, o primeiro passo é reconhecer, de forma efetiva, os conceitos de classe, renda e distribuição de renda. Entretanto, a pesquisa aponta que, grande parte dos

brasileiros não têm consciência real da sobre os níveis de pobreza e em qual classe social estão inseridos.

De acordo com dados do IBGE referentes a 2020, cerca de 12 milhões de brasileiros (5,7% da população) viviam na extrema pobreza no país, sobrevivendo com uma renda per capita de apenas R\$ 155 por mês, limiar de miséria segundo o critério-base do Banco Mundial — aproximadamente o rendimento de US\$ 1,90 por pessoa/dia. Aproximadamente 51 milhões de brasileiros (24,1% da população) viviam em condição de pobreza, com uma renda per capita de cerca de R\$ 450 por mês, de acordo com marco de rendimento utilizado pelo Banco Mundial de US\$ 5,50 por pessoa/dia. Vale notar que os percentuais de população vivendo em situação de miséria e pobreza verificaram queda em 2020 na comparação com 2019, respectivamente de 1,1 p.p. e 1,8 p.p., impactados pelo pagamento do auxílio emergencial a partir de abril de 2020. (Oxfam Brasil/Datafolha, 2022, p.11)

1.2 SOBRE A DESIGUALDADE

Para conceituar “desigualdade”, precisamos entender que a noção de desigualdade se refere à falta de igualdade. A desigualdade é uma condição em que há diferenças significativas e injustas entre pessoas ou grupos em relação a recursos, oportunidades, poder ou acesso a bens e serviços. A desigualdade pode ser entendida como a distribuição desigual de benefícios e recursos em uma sociedade, o que resulta em uma disparidade entre indivíduos ou grupos.

De acordo com a Oxfam Brasil (2021), a desigualdade é capaz de impor limitações, restrições ou prejuízos ao status e à classe social de uma pessoa ou grupo, afetando diretamente as condições básicas para a qualidade de vida. Esses aspectos incluem a capacidade de se expressar livremente, fazer escolhas autônomas, encontrar satisfação no trabalho e ter acesso a direitos fundamentais, como o direito ao voto, à saúde, à educação, à habitação e ao saneamento básico.

Segundo o cientista social Ruben Kaztman (2006), há uma diferença entre os termos de desigualdade e vulnerabilidade social. Para ele, o termo de vulnerabilidade ou exclusão social seria aplicado para descrever as situações em que os recursos disponíveis para os domicílios são insuficientes para aproveitar as possibilidades de acesso ao bem-estar oferecidas pelas estruturas de oportunidade. As estruturas sociais são

As estruturas de oportunidades definem-se em termos de oportunidades de acesso a bens, serviços ou atividades que incidem sobre o bem-estar dos domicílios, seja porque os fazem usar seus próprios recursos mais facilmente,

seja porque lhes possibilitam outros, úteis para que integrem a sociedade por meio dos canais existentes. (KAZTMAN, FILGUEIRA, 2006, p. 72)

Quanto aos impactos e ramificações da desigualdade, estudos da Oxfam (2021) mostram que a desigualdade afeta os grupos mais expostos a situações de vulnerabilidade social, como pessoas de baixa renda, minorias marginalizadas historicamente (negros, pardos, índios, mulheres, imigrantes etc.). É importante ressaltar que a desigualdade social está muito próxima da desigualdade econômica e, em muitas das vezes, são inclusive confundidas.

O conceito de desigualdade social é um guarda-chuva que compreende diversos tipos de desigualdades, desde desigualdade de oportunidade, resultado etc., até desigualdade de escolaridade, de renda, de gênero etc. De modo geral, a desigualdade econômica – a mais conhecida – é chamada imprecisamente de desigualdade social, dada pela distribuição desigual de renda. (CAMARGO, 2016).

A desigualdade pode ser ramificada em três principais esferas: econômica, social e política – e, cada uma dessas esferas reforça e influencia as características das outras. Isso significa que elas estão profundamente interligadas e tendem a se perpetuar ao longo do tempo.

A desigualdade econômica se refere à diferença na distribuição de renda e riqueza entre as diferentes classes sociais. Ela fica evidente quando uma pequena parcela da população concentra a maior parte dos recursos financeiros, enquanto grande parte da sociedade vive em situação de pobreza e enfrenta as consequências da instabilidade econômica. As causas e consequências da desigualdade econômica são diversas, incluindo uma relação com questões de gênero e raça.

A desigualdade social é um fenômeno presente nos processos relacionais entre os membros da sociedade e ocorre em todos os países do mundo. Ela é determinada por fatores como diferenças econômicas, de gênero, cor, crença, grupo social, entre outros. Conforme explicado, a desigualdade impacta diretamente sobre o status social dessas pessoas, bem como seu acesso a direitos básicos – educação, saúde, moradia, transporte, trabalho. Ela pode se manifestar em diversas facetas, mas exemplos reais e constante são nas esferas de gênero, raça e classe.

De acordo com o relatório da Oxfam Brasil (2022), podemos caracterizar a desigualdade extrema como uma forma de “violência econômica”, um conceito que

não surge espontaneamente, mas sim que é permeado ao longo do desenvolvimento econômico das diferentes sociedades.

O relatório da Oxfam (2022) aponta que pelo menos, 21.300 pessoas – ou uma pessoa a cada quatro segundos - morrem por dia devido à desigualdade que as afeta, que pode se apresentar de diferentes formas no dia a dia, os principais aspectos apontados pela Oxfam são:

Falta de acesso a atendimento de saúde eficiente em países pobres, que mesmo sendo um direito humano, muitas das vezes é negligenciado à população, fazendo com que cerca de 5,6 milhões de pessoas morram por anos por falta de serviços de saúde. Na maioria dos países, para se ter esse direito garantido, é necessário pagar por ele, e não é pouco.

A violência de gênero é outra faceta da desigualdade que afeta principalmente as mulheres, consoante aos dados levantados pela Oxfam (2022), no mínimo 67.000 mulheres morrem por ano, as mortes são derivadas de mutilações genitais e assassinatos cometidos pelos companheiros atuais ou ex-namorados das vítimas. Ademais, fora a morte, mais de 143 milhões de mulheres se encontram desaparecidas ao redor do mundo, em detrimento da mortalidade excessiva do gênero feminino e de abortos seletivos por conta do sexo (preferência por crianças do sexo masculino).

A fome também é um fator que gera milhões de morte, entrando em contradição com o excedente de produção de recuso voltados à alimentação no mundo, mostrando que a distribuição dos alimentos também não segue o conceito de equidade, ceifando, no mínimo, 2,1 milhões de vidas por ano, conforme análise da Oxfam (2022). Aqui, é possível perceber que sem acesso às garantias básicas de vida, as pessoas mais pobres vivem menos e morrem mais rápido que pessoas que tem mais acesso a dinheiro.

Por último, mas não menos importante, a Oxfam (2022) estima, de forma conservadora, que até 2050, mais de 231.000 pessoas podem morrer ao ano, em virtude das crises climáticas que assolam os países ao redor do globo.

Consoante aos fatores apontados pelo relatório, constata-se que, quanto maior a desigualdade, maior o índice de criminalidade, visto que a população se sujeita a

meios criminais – como tráfico, roubo, homicídio – para conseguir reverter a situação que se encontra.

1.3 FOME: A FACETA MAIS CRUEL DA DESIGUALDADE

A fome é uma consequência grave da desigualdade, que assola O livro *Da Fome à Fome*, busca-se retomar o conceito de geografia da fome, elaborado pelo médico e cientista social Josué de Castro, que tinha como objetivo trazer à tona a multicausalidade e a multidimensionalidade da fome.

Quando a questão da fome é exposta, é possível refletir e repensar a respeito das decisões econômicas, das dinâmicas sociais, o ritmo de produção e de consumo de uma sociedade e quais seus impactos sobre o dia a dia de milhões de brasileiros – destacando o problema da insegurança alimentar, que é um problema paradoxal ao passo que o Brasil enquanto país apresenta uma extensa quantidade de terras agrícolas, entretanto subutilizadas (DOWBOR, Fome: não é falta de alimentos, 2021).

A pandemia da Covid-19 ressaltou ainda mais a grave situação da fome e da insegurança alimentar que voltou a assolar o Brasil a partir de 2018, conforme apontaram os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O retorno desses dois agravantes sociais é resultante do processo de desestruturação das políticas públicas e de proteção social instauradas em governos anteriores, fazendo com que grande parte da população fosse exposta às condições insalubres e de insegurança alimentar, levando o Brasil de volta ao mapa da fome. O país se forçou ao longo das duas últimas décadas a encontrar alternativas para mitigar os impactos da fome da insegurança alimentar sobre o padrão de vida dos brasileiros, mas logo em seguida, interrompe abruptamente seu conjunto de políticas de proteção social que promoveriam esse progresso, o que resulta em quadro ainda mais intenso de má nutrição e fome.

Nos 75 anos que nos separam do lançamento de Geografia da fome, o Brasil passou por profundas transformações. Deixou de ser o país subdesenvolvido de um povo pobre, desnutrido e majoritariamente rural, um país pobre em produção de alimentos, pobre em tecnologia, sintetizado no dilema do “pão ou aço” registrado por Josué em 1946. Tornou-se um país urbano e um dos maiores produtores de commodities alimentícias do mundo, detentor de alta tecnologia para produção de alimentos em clima tropical. Mas continuou

marcado por profundas desigualdades estruturais, evidentes nas questões fundiária, racial, de gênero e de distribuição de renda, pela pobreza e pela má nutrição de parte de seu povo. (CAMPELO; BORTOLETTO, 2022, P. 10)

A partir das teorias embasadas por Castro¹ (1996), é possível compreender a necessidade de a diversas fontes e disciplinas para entender e combater a fome nos tempos atuais. Para o médico e pesquisador, fome e a pobreza deveriam ser abordadas como questões políticas, e não apenas socioeconômicas, e sua análise jamais se daria de maneira isolada e a sociedade também não deveria aceitá-las como algo natural e orgânico.

De acordo com Tereza Campello² (2022), o Brasil é um país rico e com potencial grande o suficiente para produzir bens para sua população e ainda exportar, portanto a presença da fome carece de justificativa e é inadmissível lidar com o ressurgimento dessa situação tanto do ponto de vista socioeconômico quanto ético. As desigualdades de gênero, raça e idade, que se entrelaçam e se perpetuam com base nas disparidades de classe/renda e regionais, persistem e se retroalimentam, mesmo diante das transformações observadas nos últimos 75 anos.

Ao longo desses anos, observa-se transformações significativas, incluindo a redução da incidência de desnutrição. No entanto, as disparidades de acesso - tanto econômicas quanto físicas - a alimentos saudáveis, juntamente com a transição alimentar e o aumento do consumo de produtos ultraprocessados, perpetuam as desigualdades ainda presentes na realidade brasileira. A expansão da produção de alimentos e a modernização da agricultura ocorreram em paralelo à manutenção e ao aprofundamento dos padrões de concentração fundiária, resultando na perda da biodiversidade e sem compromisso com o acesso a uma alimentação saudável, além de contribuir para o surgimento de doenças e a crise climática. É importante ressaltar que a construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis não surgirá espontaneamente das forças de mercado.

¹ Josué de Castro foi um médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor e ativista brasileiro do combate à fome.

² Tereza Campello é economista, pesquisadora e professora. Entre 2020 e 2022 foi titular da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis. Foi Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011-2016), tendo coordenado o Plano Brasil Sem Miséria, que retirou 22 milhões de pessoas da pobreza extrema. Também coordenou o Programa Bolsa Família, a Política Nacional de Assistência Social, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Programa de Cisternas.

Diante do agravamento das crises relacionadas ao aumento da fome, da obesidade, de todas as formas de má alimentação e das transformações climáticas, torna-se cada vez mais crucial o papel do Estado como protagonista essencial e regulador na implementação de políticas que garantam tanto o direito humano à alimentação quanto a superação do atual modelo hegemônico, que não preserva a saúde nem o meio ambiente. Também fica evidente a importância de mecanismos de participação e controle social exercidos pela sociedade civil, a fim de que a população possa supervisionar, monitorar e regular as ações do governo. O combate à pobreza e à fome, bem como a promoção do direito humano à alimentação e nutrição, são construídos por meio de políticas públicas.

São expostos sete pontos cruciais para entender o atual cenário da fome, a partir das contribuições de Castro (1996), que teve papel crucial ao expor o problema – político – da fome e da insegurança alimentar no Brasil, mostrando que o problema não se dava a partir das condições naturais do país, mas, principalmente, das ações humanas e da dinâmica socioeconômica brasileira. A obra de Josué de Castro é relevante ao destacar os problemas que perpetuam até os dias atuais, com um país marcado por seu caráter agroexportador, com crescente presença de produtos importados e ultraprocessados que levam à uma má nutrição, com problemas ambientais que assolam todo o país, culminando em um novo mapa da geografia da fome.

A fome é multidisciplinar, com complexas dimensões. Castro (1996) percebeu que a questão alimentar envolve uma interação complexa entre aspectos biológicos e sociais. Ele evidencia a fome é um fenômeno complexo, e sua compreensão e solução exigem abordagens igualmente complexas. A fim de compreender esse fenômeno,

são precisos, de um lado, estudos aprofundados da fisiologia da nutrição, dos caracteres físicos e morais do povo dessa região, de sua evolução demográfica, de sua capacidade e resistência orgânica e, de outro lado, estudos das condições físicas do meio, das suas condições econômicas, da organização social e dos gêneros de vida dos seus habitantes. Abarca, assim, o estudo da alimentação, capítulos de biologia, de antropologia, física e cultural, de etnografia, de patologia, de sociologia, de economia política e mesmo de história. (Castro, 1937, p. 22-3)

A concepção de fome apresentada por Castro (1996) pode ser compreendida por meio do conceito de fato social total ou fenômeno social total, inicialmente desenvolvido pelo antropólogo francês Marcel Mauss. Trata-se de um conceito central

nas ciências sociais. No fato social total, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas, morais (políticas e familiares) e econômicas (Mauss, 2003 apud Campello, 2022).

O conceito parte de dois princípios fundamentais, sendo o primeiro deles o mais complexo e que apresenta mais dimensões na composição do fenômeno social, eles podem ser analisados e compreendidos por diferentes óticas que irão compor a forma com que uma realidade é percebida, refletindo em toda sociedade através das atividades nela presentes. Logo, é possível entender diferentes aspectos da sociedade a partir da conexão de um ou mais fenômenos sociais.

O segundo princípio se fundamenta a partir do contexto de que todo o comportamento se volta, necessariamente, à sociedade e, só pode ser considerado um fenômeno social, se nela estiver presente. Portanto, o comportamento é caracterizado a partir das relações sociais entre os indivíduos como sociedade, mas não como seres individuais.

Consoante a essa perspectiva, se estabelece a noção de fome a partir do pensamento de Castro (1996), enquanto a fome como fenômeno social ultrapassa a noção de identidade como nação – um país terceiro-mundista, com tendência ao capitalismo tardio e periférico e estruturado sob um alicerce escravocrata. Nesse contexto, a raça não era a explicação para os problemas enfrentados pelo Brasil, mas sim a fome, que afeta principalmente a classe trabalhadora e os segmentos mais pobres da população brasileira.

De forma progressiva, o conceito dessa crise social passa por uma evolução que conecta o sistema natural ao sistema social. Especificamente por meio da obra "Geografia da fome", o fenômeno adquire não apenas aspectos médico-nutricionais, mas também dimensões sociais, políticas, econômicas e históricas.

Castro mostra, através de seus trabalhos Alimentação brasileira à luz da geografia humana (1937) e em Geografia da fome, a necessidade de conhecer a estrutura da população que passava fome, para entender as causas e os impactos no desenvolvimento.

Para isso, ele utiliza os métodos do geoprocessamento e da multidisciplinaridade para estruturar sua tese. Com o geoprocessamento, seria

possível mapear as tragédias sociais sob uma perspectiva processual, visto que são fenômenos com uma ou várias causas, um desenvolvimento e um ou mais desfechos. Nesse contexto, a abordagem multidisciplinar tem o propósito de explicar o objeto principal de estudo, a fome, por meio da combinação e da relação entre diferentes conhecimentos científicos, conforme já mencionado.

De acordo com Castro (1996), para revelar os impactos da fome, ela deveria ser investigada a partir de sua distribuição por todas as regiões brasileiras e também do mundo. A partir dessa metodologia, Josué consegue traçar um perfil das expressões da fome em cada região, muito semelhantes entre elas, e extremamente atuais.

Figura 1 - Mapa da Fome por Josué de Castro



Fonte: Geografia da Fome (1946)

Segundo Castro (1996) – a fome, em suas diferentes formas — quantitativa e qualitativamente —, é sempre produto direto do subdesenvolvimento, que, por si, não seria um fatalismo, mas um acidente histórico provocado por força das circunstâncias (Castro, 1996, p. 39).

Para ele, os países do Terceiro Mundo deveriam ter direito de acesos às mesmas condições de vida que os países desenvolvidos. Consoante ao pensamento de Josué, o subdesenvolvimento era caracterizado pelo desnível entre os meios de produção, de renda e de capacidade de consumo entre as diferentes classes sociais e regiões que compõe a noção sociogeográfica do país. Portanto, para promover o desenvolvimento e o ideal de progresso, havia a necessidade de minimizar os desníveis socioeconômicos.

Voltado ao cenário brasileiro, o atraso da industrialização e do desenvolvimento periférico era baseado, principalmente, no setor rural – com caráter agroexportador. Para romper com esse histórico, o autor promovia a ideia de uma mudança radical através da reforma agrária.

A questão socioambiental está interligada com a metodologia da multidisciplinaridade e com o conceito de fenômeno social já pautado por Josué de Castro. Castro (1996) alerta sobre os impactos de uma crise ambiental desde meados de 1970, afirmando ser inviável a manutenção do então modelo de crescimento e propunha uma solução que considerasse a realidade dos países subdesenvolvidos e os fatores que determinavam o crescimento, como as estruturas econômicas, sociais e políticas, sem omitir o homem e sua cultura.

Castro utiliza do conceito de ecodesenvolvimento, fundamentado pelo economista polonês Ignacy Sachs, onde o problema sai do aspecto exclusivamente quantitativo – de crescer ou não, para a necessidade de enxergar os aspectos qualitativos.

Crescer é uma coisa, desenvolver, outra. Crescer é, em linhas gerais, fácil. Desenvolver equilibradamente, difícil. Tão difícil que nenhum país do mundo conseguiu ainda. Dessa perspectiva, o mundo todo continua mais ou menos subdesenvolvido. (apud Castro, 1996, p. 111)

Castro (1996) concebe a ciência de maneira anticlássica e antiacadêmica. É o que se depreende da introdução ao livro *Sete palmos de terra e um caixão*, de 1965.

Ao falar sobre o estudo, ele faz uma ressalva que nos ajuda a explicar essa concepção:

Não é este um ensaio de Sociologia clássica. De uma Sociologia acadêmica [...]. O nosso estudo sociológico é o oposto deste gênero de ensaio. É um estudo de Sociologia participante ou comprometida. De uma Sociologia que não teme interferir no processo da mudança social com os seus achados e, por isso mesmo, não tem o menor interesse em encobrir os traços de uma realidade social, cuja revelação possa acarretar prejuízos a determinados grupos ou classes dominantes. (Castro, 1969, p. 15)

Castro elucida, antropológicamente, na década de 1930, que é fundamental reconhecer a relevância do elemento cultural para a compreensão da sociedade brasileira. No contexto da questão alimentar, o sociólogo especializado em fome começa a direcionar sua atenção não apenas para a estrutura socioeconômica do país, mas também para identificar e descrever as receitas culinárias, os padrões alimentares, os horários das refeições e uma variedade de hábitos e costumes. Esses aspectos auxiliam na análise da fome em diferentes regiões do Brasil.

1.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Em suma, o presente capítulo abordou a temática da desigualdade, fornecendo uma visão abrangente sobre seus elementos essenciais. Compreendemos que a desigualdade se refere à disparidade nas condições e oportunidades de vida entre diferentes grupos de pessoas, resultando em consequências profundas para a sociedade. Nesse sentido, destacamos dois impactos significativos: a fome e a desigualdade na distribuição de renda.

A fome surge como uma manifestação extrema da desigualdade, privando indivíduos do acesso adequado à alimentação e comprometendo seu desenvolvimento integral. Por sua vez, a desigualdade na distribuição de renda gera disparidades socioeconômicas, perpetuando ciclos de pobreza e dificultando a mobilidade social. Além disso, foram discutidos diferentes tipos de desigualdade, abrangendo dimensões como gênero, raça, classe social e acesso a serviços básicos.

Essas desigualdades multifacetadas representam desafios complexos que requerem ações abrangentes e políticas inclusivas para promover uma sociedade mais justa e equitativa.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Conforme apresentado no capítulo anterior, a desigualdade social traz diversos impactos sociais para a população, principalmente, a fome e a disparidade de renda. Entretanto, esses problemas podem ser minimizados através de políticas pública, tópico abordado neste capítulo.

Serão discutidos conceito histórico das políticas públicas, sua importância social, estrutura de formações e, exemplos de políticas públicas brasileiras de incentivo à renda.

2.1 SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas surgem em paralelo com a implementação do estado de bem-estar – *welfare state* – que foi um termo desenvolvido nos anos 1930, pelo cientista político Sir Alfred Zimmern.

O termo possui diversos significados, dependendo do país em que é implementado. Entretanto, pode-se dizer que é um conjunto de políticas governamentais, que tem como objetivo garantir os direitos sociais dos cidadãos dentro da sociedade que estão inseridos, seja ela qual for.

O *welfare state* surge na Alemanha, entre os séculos XIX e XX, com a finalidade de proteção dos trabalhadores assalariados, relacionado diretamente com o contrato de trabalho – modelo o qual seria financiado através da contribuição de empregados, empregadores e do Estado. A ideia principal era proteger os empregados de riscos externos, como acidentes, doenças e envelhecimento.

Entretanto, já na Inglaterra, o estado de bem-estar social tinha o papel de fundar o status de cidadania, estabelecendo um padrão de vida aos cidadãos. Para os ingleses, acreditava-se que um Estado intervencionista que promovesse políticas voltadas aos pobres, faria com que estes se tornassem cada vez mais acomodados.

Nestes países, conforme apontado por Katwala (2009 apud Kerstenetzky, 2012), a pobreza não era um problema intrinsecamente individual, mas sim social. As sociedades sofriam diversas flutuações das variantes macroeconômicas, como demanda por trabalho, o que resultava, muitas vezes, no aumento do desemprego e

queda dos salários, fatores estes que, conseqüentemente, impactavam diretamente sobre a educação, alimentação e moradia da população.

De acordo com Kerstenetzky (2012), a própria política social agravava a pobreza, diante do fato que servia para a estigmatização dos pobres, ao insistir na responsabilidade individual e não nos agravantes sociais.

Sendo assim, o estado de bem-estar social insere-se, inicialmente, nos países menos desenvolvidos, ricos e democráticos – como exemplo Alemanha, Áustria e França – e, migra sua implementação para países mais bem estabelecidos, como Inglaterra e Estados Unidos. Logo, com padrões e necessidades diferentes, visando o interesse social de cada país.

Para Christopher Pierson (1998 apud Kerstenetzky, 2012), *welfare state* é resultado de três importantes fatores, sendo eles: a introdução da seguridade social no país, momento em que o bem-estar público se compromete a garantir a capacidade de gerar renda. O segundo fator inicia-se quando há o sufrágio universal masculino – ganham acesso ao estado político e constitui-se um direito de cidadania. O último fator que assegura o nascimento do estado de bem-estar social é quando há compromisso pública, ou seja, quando os gastos públicos representam 3% do produto.

Assim, o estado de bem-estar social tem como objetivo minimizar efeitos adversos da economia sobre a sociedade, como a má nutrição, desemprego, pobreza, falta de acesso à educação, saúde e moradia. O modelo foi bastante utilizado no período de pós-guerra, para reconstruir os países acometidos pela guerra.

Nesse momento, a alta das taxas de crescimento, a participação no mercado e queda do desemprego e inflação permitiu com que o *welfare state* se expandisse, promovendo os anos dourados, favorecidos por diversos aspectos resultantes do bem-estar social.

As políticas públicas surgem em meio ao movimento liberal moderno, baseando-se no princípio de estado de bem-estar social, o qual assegura à população a distribuição de riquezas e uma sociedade pautada na liberdade, requisitos imprescindíveis para o desempenho pleno da cidadania.

O estudo sobre políticas públicas no Brasil iniciou-se por volta dos anos 60 e 80, com foco na ação do Governo, em seus diversos níveis. O termo “políticas

públicas” engloba diferentes áreas do conhecimento, como Economia, Ciências Sociais, Administração etc.

O conceito de política pública se constitui como um conjunto de ações e omissões que manifestam uma determinada modalidade de intervenção do Estado em relação a um problema que desperta a atenção, o interesse ou a mobilização de outros atores da sociedade civil.

Entretanto, esse conjunto de princípios não pode ser executado como um ato isolado, visto que tem como objetivo a análise de reivindicações, para que seja possível a intervenção pelo Estado para a resolução de problemas ou questões de interesse público, sendo eles ambientais, educacionais ou de renda, que será tratado ao longo deste trabalho.

Além disso, as políticas públicas podem ser criadas em diferentes níveis de governo, como o governo federal, estadual ou municipal, e podem ser implementadas por meio de uma variedade de instituições públicas, como agências governamentais, órgãos reguladores ou outras entidades públicas.

De acordo com o manual de políticas públicas do Sebrae (2008):

As políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral.

As políticas públicas de incentivo à renda são um conjunto de ações governamentais que visam aumentar a renda disponível para a população, especialmente para grupos em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Essas políticas podem ser implementadas em diversos níveis, desde o local até o nacional, e podem incluir ações como transferência de renda, aumento do salário-mínimo, estímulo ao empreendedorismo e programas de capacitação e qualificação profissional.

Junto com a ideia do estado de bem-estar social, entende-se que neste momento, há maximização das oportunidades dos cidadãos, devido ao fato de que

suas necessidades sociais serão gerenciadas e realizadas através de programas sociais – caracterizando caráter preventivo, de acordo com Midgley (2009 apud Kerstenetzky, 2012).

Entretanto, mesmo com a ação preventiva do *welfare state*, Kerstenetzky apresenta três elementos fundamentais para a análise dos aspectos do modelo, são eles: necessidades sociais, custos sociais e direitos sociais.

A primeira perspectiva, das necessidades sociais, é fundada por Richard Titmuss e é elaborada a partir da crítica ao paradigma “pauperista”, para Titmuss (1955 apud Kerstenetzky, 2012), as necessidades surgem a partir da interdependência social, ou seja, ela são fundamentas através da vida em sociedade. Elas podem ser naturais, como infância, incapacidade, doenças e envelhecimento, ou desencadeadas pelo próprio homem, dependendo do *modus operandi* da sociedade na qual o indivíduo está inserido – diferindo a partir dos aspectos culturais e sociais.

Observa-se nessa instância que as próprias sociedades fazem com que os indivíduos se tornem cada vez mais individualizados, ao especificar seu trabalho e, ao mesmo tempo, mais dependentes dos outros, visto que não há uma sinergia entre suas atividades. Porém, essa característica de individualidade não contribui para que ele alcance a interdependência.

Um fato importante é que os problemas sociais, como pobreza, desemprego e dificuldade de inserção no mercado de trabalho são maximizadas pelas mudanças sociais constantes. Assim, de acordo com Titmuss, é nesse momento que o paradigma pauperista entra em contradição, ao passo que infla a ideia de individualizar as ações dos cidadãos e fadá-los à interdependência como alternativa à pobreza.

Outro fato levantado por Titmuss (1955 apud Kerstenetzky, 2012), é que a partir do momento em que há atendimento à população mais pobre, surge a imposição de estigmas, ou seja, os cidadãos que compõe esse grupo se sentem fracassados e esse sentimento é reforçado pela sociedade. Para o autor, as políticas públicas devem ser implementadas e viabilizadas através de canais previamente aprovados, a fim de que o autorrespeito da família não seja ferido.

Os sistemas de proteção social têm como objetivo redistribuir recursos e serviços sociais para controlar os riscos inerentes à sociedade capitalista. A presença ativa do Estado é fundamental para viabilizar a expansão da proteção social e configurar o que se conhece por estado de bem-estar social. No entanto, segundo Di Giovanni (1998), mesmo com o conjunto de garantias assumidas pelo Estado, ainda persistem e coexistem formas privadas de intervenção, seja por meio de relações comerciais ou baseadas em vínculos tradicionais.

Em geral, a estruturação de medidas de proteção social no estado de bem-estar social ocorre dentro de uma dinâmica que “resulta de complexas relações macropolíticas travadas no plano do poder público, envolvendo, além das principais instituições do Estado (como governo e parlamento), outras instituições e grupos (tais como classes sociais, partidos políticos e sindicatos)” (DI GIOVANNI, 1998, p.11).

Portanto, pode-se entender que o estado de bem-estar social deve prover as necessidades sociais dos cidadãos, não apenas no quesito material, mas também social, minimizando o processo de estigma aos beneficiados.

Referente à estrutura de como se desenvolvem as políticas públicas, Giovanni (2009) realiza uma análise sobre políticas, que surgem como uma resposta à insatisfação com os modelos disponíveis.

Segundo Giovanni (2009), a ideia de política configura as relações de poder, que são institucionalizadas e estruturadas, de forma com que contribua para o senso de comunidade e ação social colaborativa, é evidente que a expansão das políticas públicas tem se expandido cada vez mais.

O conceito de políticas públicas é um conceito evolutivo, na medida em que a realidade a que se refere existe num processo constante de transformações históricas nas relações entre estado e sociedade, e que essa mesma relação é permeada por mediações de natureza variada, mas que, cada vez mais estão referidas aos processos de democratização das sociedades contemporâneas. (GIOVANNI, 2009, p. 11)

Para Giovanni (2009) as políticas públicas são fundamentadas com base em quatro fatores, sendo eles: (i) macroeconômica, (ii) geopolítica, (iii) política e (iv) cultural e sociológica.

O primeiro fator surge a partir do pós segunda guerra mundial, onde constata-se que não foi possível alcançar o estado de paz e bem-estar social prometido, conseqüentemente, acarretando a necessidade da mudança das políticas econômicas da época, pautadas sobre o liberalismo econômico. A partir desse momento, as sociedades capitalistas passam a adotar políticas keynesianas que determinavam maior intervenção do estado na economia, sendo elas nos aspectos econômicos de produção de bens e serviços ou de aspectos sociais, com a institucionalização de sistemas de proteção social.

Já o fator geopolítico nasce com a presença das ideias liberais e um conflito social entre o capitalismo e socialismos nas sociedades europeias. No contexto do pós-guerra, com a bipolarização dos sistemas capitalista e socialista, urge a necessidade de novas relações entre o capital e o trabalho, fator este que promove ao aumento da oferta de serviços sociais, com maior presença/intervenção do Estado na economia, resultando nos modelos conhecidos de welfare state.

O terceiro fator surge com as sociedades democráticas passam a se consolidar a partir do final da segunda guerra mundial e estão em constante desenvolvimento até o momento. Com sua consolidação, alguns aspectos são ampliados, como a participação sindical/partidária, o direito do voto – engloba-se aqui o direito de votar e ser votado, aumento dos movimentos sociais e o estado passa a apresentar duas vertentes.

A primeira delas é a ideia do estado ser um meio representativo, através do voto, participação igualitária e outros, mas a segunda vertente surge como uma demanda da sociedade – o Estado como uma fonte de resposta às demandas sociais estabelecidas.

Assim, pode-se afirmar que, a expansão das políticas públicas se dá não somente devido ao crescimento do Estado, mas também do aumento das demandas sociais.

O último fator, cultural e sociológico, segundo Giovanni (2009), ocorre também depois da segunda guerra mundial, foi promovido uma grande transformação demográfica, com a urbanização, geração de novas tecnologias de comunicação, que impactou diretamente da revolução dos padrões de vida – e segundo outros autores, promoveu a constituição da “sociedade de consumo de massas”.

Com o decorrer dos anos, foi possível analisar o estreitamento da relação entre Estado e sociedade, com regras e padrões únicos para cada sociedade analisada. Logo, a historicidade é um fator importante para compreender os aspectos e a estrutura das políticas públicas.

De acordo com Giovanni (2009) com análise das políticas públicas, através de suas teorias, práticas e resultados, compreende-se a capacidade de ela ter embasamento, de modo que constituam totalidades estruturas, chamadas pelo autor de estruturas elementares.

Ele divide as estruturas elementares em quatro ângulos, observados abaixo: (i) formal, (ii) substantiva, (iii) material e (iv) simbólica.

A estrutura formal é composta através de teoria, práticas e resultados. A teoria é capaz de reunir todas as informações a respeito do conteúdo discutido na política pública, tanto num cenário de intervenção, quanto de situação social que buscar remediar.

Já a prática constitui a natureza prática da política estudada, ou seja, quais e quantas são as ferramentas necessárias para sua implementação, consoante aos resultados, que buscam o objetivo final da política pública.

A segunda estrutura, substantiva, é composta por atores, que são todas as pessoas ou grupos, que direta ou indiretamente, participam da política pública. Além disso, é constituída também por interesses, esses que são os objetivos práticos que de cada um dos atores englobados.

Por último, também destaca regras, que são fundamentais para a condução das políticas e que evitam os conflitos entre os interesses individuais dos atores.

A estrutura material refere-se aos aspectos econômicos, como financiamento, custos e suportes.

Os financiamentos servem como base para a relação entre a natureza e as modalidades de política (policy).

Os custos têm relação direta com as condições de viabilização da intervenção. Já os suportes podem ser definidos como a própria estrutura da política pública.

A quarta e última estrutura, simbólica, mostra a relação entre as políticas orientadas por valores e outras por conhecimentos sociais (saberes) desenvolvidos na prática de mais de meio século.

Os seus elementos são resultados das expressões culturais e históricas da atividade social.

Consoante aos estudos de Giovanni (2009), Kerstenetzky (2012) expõe conceitos atrelados às políticas públicas, baseados e desenvolvidos ao longo dos anos. Nasce com Arthur Pigou (apud Kerstenetzky, 2012), a ideia de custos sociais, onde o *welfare state* seria promovido por custos sociais – prejuízos a terceiros decorrentes de transação econômicas privadas – mas estes seriam perfeitamente compensados. Entretanto, para Titmuss (1974 apud Kerstenetzky, 2012), esses custos seriam bastante elevados, que impactaria diretamente em altas implicâncias passíveis de compensação e, dificulta identificar os causadores de desserviços sociais.

Dessa forma, as políticas sociais não podem seguir fielmente a ideia de que os custos serão perfeitamente compensados, elas devem ser pensadas e com foco em prevenção precoce e proteção efetiva.

Logo, há duas premissas importantes, a primeira delas é de que as políticas públicas devem assegurar o controle sobre recursos importante a longo prazo – como riqueza e renda. A segunda é o universalismo, a política social deve ser capaz de identificar cada um dos fatores que geram os desserviços sociais, logo, garantindo a prevenção dos indivíduos por perdas de causalidade. Portanto, surge o desafio de criar uma infraestrutura de serviços sem promover um “assalto” à dignidade humana.

Por último, estão os direitos sociais, definidos pelo sociólogo Theodor H. Marshall (2009 apud Kerstenetzky, 2012) como direitos sociais de cidadania em um estado de bem-estar social. Eles representam a ideia de um direito absoluto, até o momento e que vão em contradição com as obrigações sociais da mesma cidadania. São eles capazes de promover uma mudança dos padrões da desigualdade social, não servindo assim apenas para minimizar o incômodo à destituição da pobreza e eles seriam viabilizados através de instituições como as escolas e os serviços sociais.

Consoante ao pensamento de Marshall (2009 apud Kerstenetzky, 2012), os direitos sociais serviriam como instrumento para oficializar o fato de que a concepção de que eles estão relacionados à cidadania, promovendo a igualdade entre os cidadãos. Além disso, pressionarão o enriquecimento da noção de cidadania e adensamento da noção de igualdade.

Portanto, os compromissos do estado de bem-estar social (*welfare state*) são como compromissos com os cidadãos.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE INCENTIVO À RENDA

2.2.1 Bolsa Família

O Bolsa Família é um programa social de transferência de renda implantado pelo governo brasileiro em 2003. Ele tem como objetivo principal reduzir a pobreza e a desigualdade social, fornecendo auxílio financeiro direto às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e funciona por meio da transferência regular de recursos financeiros às famílias cadastradas e elegíveis. O valor do benefício varia de acordo com a composição familiar, a renda per capita e a existência de gestantes, nutrízes (mães que amamentam) e crianças e adolescentes.

Além de garantir um valor mínimo de renda, o Bolsa Família também estabelece condicionalidades para o recebimento dos benefícios. As famílias devem cumprir obrigações como manter as crianças e adolescentes na escola e acompanhar a saúde das gestantes e crianças, por exemplo.

O programa utiliza o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) como base para a identificação das famílias que se enquadram nos critérios de elegibilidade. O CadÚnico é um instrumento de registro e gestão das informações socioeconômicas das famílias de baixa renda.

Ao longo dos anos, o Bolsa Família tem sido reconhecido como uma importante ferramenta de combate à pobreza e de promoção da inclusão social no Brasil, tendo impactos positivos na melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas, no acesso à educação, na saúde e nutrição, além de contribuir para a redução da

O Bolsa Família contribui diretamente para a redução da pobreza, visto que tem como objetivo garantir um valor mínimo de renda às famílias em condições de extrema pobreza, contribuindo para a melhoria de suas condições de vida.

Além disso, o recurso implementado pelo Governo em 2003 auxilia na promoção da educação: o programa condiciona o recebimento dos benefícios à frequência escolar das crianças e adolescentes, incentivando a permanência na escola e o acesso à educação.

Outro setor promovido pelas ações do programa é o de saúde e nutrição, já que, através do Bolsa Família, são realizadas ações para monitorar a saúde das crianças, como o acompanhamento de vacinação e o pré-natal das gestantes, visando melhorar os indicadores de saúde e nutrição.

O Bolsa Família também busca estimular o acesso das famílias aos serviços públicos, como saúde, educação e assistência social, fortalecendo a inclusão social.

O programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e envolve a integração de diferentes benefícios em um único programa. Os critérios de elegibilidade consideram a renda per capita familiar e a composição familiar, priorizando as famílias em situação de extrema pobreza.

Para receber os benefícios, a principal regra é ter a renda mensal por pessoa de até R\$ 218 (duzentos e dezoito reais). Isso significa que toda a renda gerada pelas pessoas da família, por mês, dividida pelo número de pessoas da família, é de, no máximo, R\$218. Se a renda mensal por pessoa da família estiver neste critério, a família é elegível ao programa. (Cartilha Bolsa Família, 2023)

Demais critérios de elegibilidade são: realização do acompanhamento pré-natal; Acompanhamento do calendário nacional de vacinação; realização do acompanhamento do estado nutricional das crianças menores de 7 anos; para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, frequência escolar mínima de 60% (sessenta por cento) e 75% (setenta e cinco por cento) para os beneficiários de 6 (seis) anos a 18 (dezoito) anos incompletos que não tenham concluído a educação básica.

As famílias devem se cadastrar no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e manter as informações atualizadas para receberem os benefícios. As inscrições podem ser realizadas através de um posto de cadastramento ou atendimento da assistência social no município.

O programa engloba quatro benefícios para a população atendida pelo Bolsa Família, são eles:

- Benefício de Renda de Cidadania: pago para todos os integrantes da família, no valor de R\$ 142 por pessoa.
- Benefício Complementar: pago às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, caso o Benefício de Renda de Cidadania não seja o suficiente para alcançar o valor mínimo de R\$600 por família. O complemento é calculado para garantir que nenhuma família receba menos que o valor de R\$ 600;
- Benefício Primeira Infância: no valor de R\$ 150 por criança com idade entre 0 (zero) e 6 anos;
- Benefício Variável Familiar: pago às famílias que tenham em sua composição gestantes e/ou crianças, com idade entre 7 (sete) e 12 (doze) anos incompletos e/ou adolescentes, com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos incompletos; no valor de R\$ 50 por pessoa que atenda estes critérios.

2.2.2 Salário Mínimo

O salário mínimo brasileiro é o valor mínimo que um trabalhador deve receber por mês de trabalho, estabelecido por lei com o objetivo de garantir condições básicas de vida e dignidade. Ele é um instrumento importante de proteção social e busca assegurar que os trabalhadores recebam uma remuneração justa.

O salário mínimo no Brasil foi instituído em 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, por meio da Lei nº 185 de 14 de janeiro. Desde então, passou por várias mudanças e ajustes ao longo dos anos. Dentre os principais marcos históricos, destaca-se a criação do Conselho Nacional do Salário Mínimo (CNSM) em 1943, a instituição da política de valorização real do salário mínimo a partir de 2004 e a Lei nº 13.152/2015, que definiu a política de reajuste do salário mínimo até 2019.

O reajuste do salário mínimo no Brasil é definido com base em uma política estabelecida pelo governo. Essa política leva em consideração critérios como a inflação do período, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e

o crescimento econômico. Além disso, é levada em conta a capacidade de pagamento do governo para evitar impactos negativos nas contas públicas.

O salário mínimo tem impacto significativo na economia e na sociedade brasileira. Ele contribui para a redução da pobreza e da desigualdade social, garantindo que os trabalhadores tenham acesso a condições mínimas de subsistência. Além disso, estimula o consumo interno, impulsionando diversos setores da economia.

2.2.3 Renda Mínima

A renda mínima é um instrumento utilizado para proporcionar condições de sobrevivência às famílias de baixa renda. Essa política consiste em repasses mensais permanentes às famílias, como ocorreu com o auxílio emergencial durante a pandemia e, atualmente, com o programa Auxílio Brasil. No Brasil, essa proposta tem sido liderada pelo ex-senador e atual vereador em São Paulo, Eduardo Suplicy (PT).

Essas iniciativas visam garantir uma renda mínima para os brasileiros em situação de vulnerabilidade econômica, promovendo uma maior igualdade socioeconômica e proporcionando condições básicas de subsistência. No entanto, a implementação efetiva dessas propostas depende de debates, aprovação legislativa e recursos financeiros adequados.

Em janeiro de 2004, o país instituiu a Lei nº 10.835, que estabeleceu a renda básica de cidadania, embora o projeto não tenha sido implementado na prática. Desde 2020, a Proposta de Emenda à Constituição nº 29 está em tramitação no Congresso Nacional. O texto foi aprovado no Senado Federal, porém, desde novembro de 2021, encontra-se parado na Câmara dos Deputados. A PEC propõe que "todo brasileiro em situação de vulnerabilidade de renda terá direito a uma renda básica fornecida pelo poder público, cujas regras e requisitos de acesso serão determinados por lei".

A evolução dos programas de renda mínima no Brasil ao longo do tempo foi marcada por avanços significativos, mudanças estruturais e expansões para abranger um número maior de beneficiários. Dentre os principais programas, destaca-se o Bolsa Escola, que foi o precursor dos programas de transferência de renda no país. Tem-se a evolução desde então:

1. Bolsa Escola (1995): Criado em 1995, o Bolsa Escola tinha como objetivo principal combater a evasão escolar, oferecendo uma transferência de renda condicionada à frequência escolar das crianças. O programa atendia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

2. Bolsa Alimentação (2001): Em 2001, o governo federal criou o Bolsa Alimentação, que se juntou ao Bolsa Escola para formar o Programa Bolsa Família. Essa iniciativa unificou os programas de transferência de renda e ampliou o público-alvo, atendendo famílias em situação de vulnerabilidade social.

3. Programa Bolsa Família (2003): Lançado em 2003, o Programa Bolsa Família se consolidou como um dos principais programas de transferência de renda no Brasil. Além de combater a pobreza e a fome, o Bolsa Família também buscava promover a inclusão social, por meio da garantia de acesso à educação e saúde. O programa utiliza critérios de renda e composição familiar para definir os beneficiários.

4. Expansões e aprimoramentos: Ao longo dos anos, o Programa Bolsa Família passou por diversas expansões e aprimoramentos. Foram incorporados novos benefícios, como o Bolsa Verde (para incentivar práticas sustentáveis) e o Bolsa Família na Educação (para estimular a permanência escolar). Além disso, ocorreram ajustes nos critérios de elegibilidade e no valor dos benefícios, visando ampliar a abrangência e melhorar os resultados do programa.

5. Programa Auxílio Emergencial (2020): Em resposta à pandemia de COVID-19, o governo implementou o Programa Auxílio Emergencial, que se tornou uma das maiores iniciativas de transferência de renda do país. O programa ofereceu um auxílio financeiro temporário a milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de mitigar os impactos econômicos da crise sanitária.

Essa evolução dos programas de renda mínima no Brasil demonstra o compromisso do país em combater a pobreza, promover a inclusão social e garantir condições mínimas de subsistência para a população mais vulnerável. As políticas de transferência de renda têm se mostrado fundamentais para reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida dos beneficiários.

Os programas de renda mínima têm tido impactos positivos significativos na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida de milhões de brasileiros.

Além disso, essas políticas também têm promovido a inclusão social e contribuído para a redução das desigualdades socioeconômicas. A seguir, alguns dos impactos mais relevantes:

1. Redução da pobreza: Os programas de renda mínima têm como objetivo primordial aliviar a pobreza e a extrema pobreza, fornecendo recursos financeiros diretamente às famílias mais vulneráveis. Essa transferência de renda tem um efeito direto na redução da pobreza, permitindo que as famílias atendidas tenham acesso a recursos básicos para suas necessidades fundamentais.

2. Melhoria das condições de vida: Ao proporcionar uma renda mínima, os programas contribuem para a melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias. Elas passam a ter acesso a recursos que podem ser direcionados para a compra de alimentos, moradia adequada, vestuário, serviços básicos e outros itens essenciais, o que ajuda a elevar seu padrão de vida.

3. Acesso à educação: Os programas de renda mínima costumam estabelecer condicionalidades relacionadas à frequência escolar das crianças e dos jovens beneficiários. Isso incentiva a permanência e a participação na escola, garantindo que recebam uma educação adequada. O acesso à educação é essencial para romper o ciclo da pobreza e oferecer melhores oportunidades futuras.

4. Melhoria na saúde e nutrição: Os programas de renda mínima também têm impactos positivos na saúde e nutrição das famílias beneficiárias. Ao proporcionar uma renda estável, eles contribuem para o acesso a serviços de saúde, medicamentos e alimentação adequada. Isso resulta em melhorias no estado de saúde, na prevenção de doenças e no desenvolvimento adequado das crianças.

5. Inclusão social e redução das desigualdades: Ao fornecer uma renda mínima, os programas de transferência de renda ajudam a promover a inclusão social, permitindo que as famílias mais vulneráveis sejam integradas à sociedade. Essas políticas contribuem para reduzir as disparidades socioeconômicas, diminuindo as desigualdades e proporcionando uma base mínima de sustentação para as famílias em situação de vulnerabilidade.

Esses impactos positivos dos programas de renda mínima demonstram a importância dessas políticas como ferramentas de combate à pobreza, promoção da

inclusão social e busca por maior equidade socioeconômica. Ao garantir um mínimo de recursos financeiros para as famílias em situação de vulnerabilidade, esses programas ajudam a proporcionar uma vida mais digna e melhores perspectivas de futuro.

2.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Conforme apresentado neste capítulo, compreende-se que as políticas públicas, com foco em transferência de renda, visam mitigar a desigualdade socioeconômica e promover a inclusão social, por meio da redistribuição de recursos financeiros para os segmentos mais vulneráveis da sociedade. Ao fornecer assistência direta às famílias de baixa renda, essas políticas buscam aliviar a pobreza e criar condições mais igualitárias de acesso a serviços e oportunidades.

Destaca-se a importância das políticas de transferência de renda como instrumento efetivo de combate à desigualdade e redução da pobreza. Além de garantir uma renda mínima para aqueles em situação de vulnerabilidade, tais políticas contribuem para melhorar as condições de saúde, educação e bem-estar geral dos beneficiários, promovendo sua inclusão e empoderamento social.

No que diz respeito à estrutura das políticas de transferência de renda, observamos que ela varia de acordo com cada contexto e país. No entanto, alguns elementos comuns podem ser identificados, como critérios de elegibilidade, mecanismos de cadastramento e gestão dos beneficiários, além de monitoramento e avaliação para garantir a efetividade e transparência dessas políticas.

No próximo capítulo serão analisados os impactos reais das políticas públicas sobre a desigualdade, através de dados estatísticos e análises econométricas.

3 ANÁLISES DE MASSA SALARIAL, REMUNERAÇÃO MÉDIA E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Neste último capítulo, serão explorados os aspectos cruciais da dinâmica do mercado de trabalho, fornecendo uma visão abrangente e detalhada dos principais indicadores que moldam a realidade econômica e social da sociedade brasileira. A metodologia aplicada será através da análise de dados publicados por diferentes

instituições, como dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vínculos de emprego disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Trimestral (PNAD/T), o número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, conforme apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A análise será guiada por cinco tópicos essenciais: Valor Massa Salarial, Valor Remuneração Média, Comparação com o Mercado de Trabalho, Comparação Populacional e de Beneficiários, e a Faixa Salarial com base no Salário Mínimo. Cada um desses indicadores desempenha um papel fundamental na compreensão do estado atual do mercado de trabalho e oferece percepções sobre a distribuição de renda, as disparidades socioeconômicas e o impacto das políticas públicas, principalmente na comparação entre regiões Nordeste e Sudeste.

3.1 Valor Massa Salarial

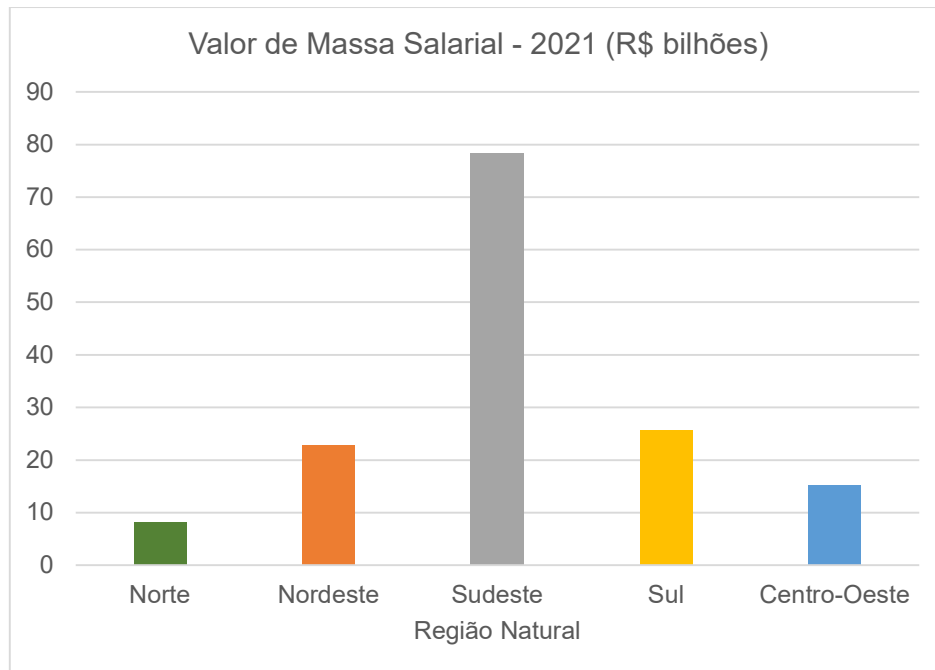
O gráfico abaixo indica o valor de massa salarial das macrorregiões do Brasil no ano de 2021.

Observa-se que o Sudeste é a região que detém a maior massa salarial do Brasil, cerca de 52,21% do total para o ano selecionado. Já as regiões Norte e Nordeste possuem o menor índice, aproximadamente R\$8,2 bilhões (5,45%) e R\$22,8 bilhões (15,19%), respectivamente.

Logo, é possível analisar uma grande discrepância entre as macrorregiões, visto que o valor de massa salarial do Sudeste é nove vezes maior que da região Norte e três vezes maior quando comparado com o Nordeste. Entretanto, é necessário ressaltar que o Sudeste apresenta maior massa salarial, por contar de deter a maior população empregada ativa.

Não coincidentemente, as regiões que possuem os menores índices são as que mais necessitam de assistência de programas sociais de complementação de renda, como o Bolsa Família.

Gráfico 1 - Valor de Massa Salarial - 2021 (R\$ bilhões)



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

Com base no

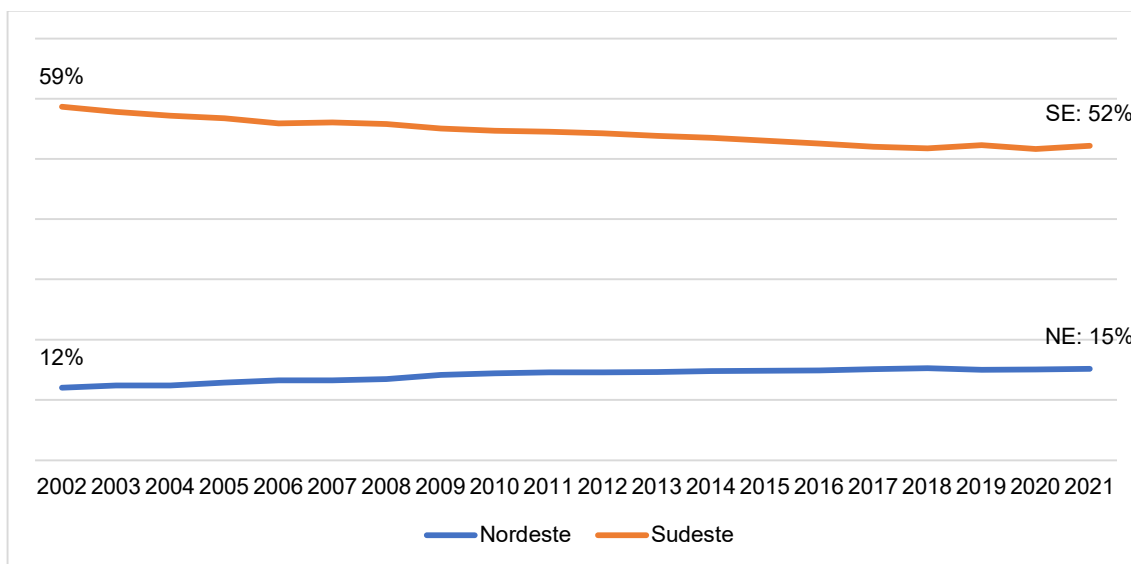
Gráfico 1, pode-se observar que o Sudeste é a região com maior massa salarial durante todo o período de 2002 a 2021, evidenciando uma queda de sua participação de 58,7% em 2002 para 52,2% em 2021. Vale lembrar que a massa salarial é formulada através do número de empregos multiplicado pelos salários, logo, quanto maior o número de empregos e mais alto for o salário de uma região, maior será a massa salarial de uma região.

O Sudeste teve uma diminuição constante na sua participação na massa salarial ao longo dos anos, sugerindo uma possível redistribuição econômica para outras regiões do país.

A diminuição da participação da região Sudeste pode ser explicada por uma série de fatores, como a diversificação da economia em outras regiões, a migração de empresas e a expansão de oportunidades de emprego em outras partes do país.

A partir de agora, a análise quantitativa será foca na comparação das regiões Sudeste e Nordeste, a fim de expressar a maior necessidade de aplicação de políticas públicas no Nordeste brasileiro.

Gráfico 2 - Evolução da Massa Salarial de 2002 a 2021



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

No Gráfico 2, constata-se que a região Sul é a segunda região mais significativa em termos de participação na massa salarial, porém, os dados apresentam que o crescimento da massa salarial do Sul de 2002 a 2021 foi de apenas 8%, menor que o crescimento do Nordeste. Além disso, identifica-se que as regiões Centro-Oeste, Sul e Norte apresentaram pequenas variações no período, mas mantiveram suas participações relativamente constantes.

Já o Nordeste, apresentou um crescimento constante, de 2002 a 2021, a massa salarial aumentou em 26,1%. Esse resultado indica uma melhoria nas condições econômicas e no mercado de trabalho da região.

O crescimento do Nordeste pode estar relacionado a diversas razões, conforme apresentadas abaixo:

1. Programas de Transferência de Renda: Durante esse período, o governo brasileiro implementou programas de transferência de renda, como o Bolsa

Família, que beneficiaram significativamente as famílias de baixa renda no Nordeste. Esses programas ajudaram a elevar a renda disponível das famílias, contribuindo para o aumento da massa salarial.

2. Investimentos em Infraestrutura: O governo federal e os governos estaduais no Nordeste investiram em infraestrutura, como estradas, portos e aeroportos, o que atraiu investimentos privados e promoveu o crescimento econômico na região. Isso resultou em mais empregos e salários mais altos para a população local.
3. Expansão de Setores Econômicos: O Nordeste experimentou um crescimento em setores-chave, como turismo, agricultura, energia renovável e indústria ao longo dos anos. Essa diversificação econômica gerou oportunidades de emprego e aumentou os salários em diferentes setores.
4. Educação e Capacitação: Investimentos em educação e capacitação profissional ajudaram a melhorar a qualificação da força de trabalho no Nordeste. Isso permitiu que os trabalhadores acessassem empregos melhor remunerados e contribuiu para o aumento da massa salarial.
5. Desenvolvimento Regional: Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional incentivaram o crescimento de pequenas e médias empresas no Nordeste, que resultou em mais oportunidades de emprego e aumento dos salários locais.
6. Aumento do Salário Mínimo: O aumento do salário mínimo ao longo dos anos também contribuiu para o aumento dos salários na região, pois muitos trabalhadores nordestinos recebem o salário mínimo ou um valor próximo a ele.
7. Redução da Pobreza: O Nordeste historicamente enfrentou altos níveis de pobreza e desigualdade de renda. Medidas para reduzir a pobreza e melhorar a distribuição de renda ajudaram a elevar a massa salarial, uma vez que mais pessoas tiveram acesso a empregos e renda.

É importante destacar que, embora a massa salarial no Nordeste tenha aumentado, a região ainda enfrenta desafios socioeconômicos significativos, como desigualdade de renda, infraestrutura inadequada e acesso limitado a serviços básicos.

Portanto, observa-se que essas tendências podem ser influenciadas por uma variedade de fatores econômicos, sociais e políticos. Além disso, é fundamental lembrar que a participação na massa salarial não é necessariamente indicativa do bem-estar econômico geral de uma região, pois outros fatores, como custo de vida e desigualdade de renda, também desempenham um papel importante.

3.2 Valor Remuneração Média

O Gráfico 3 apresenta os valores de remuneração média das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, no período de 2002 a 2021.

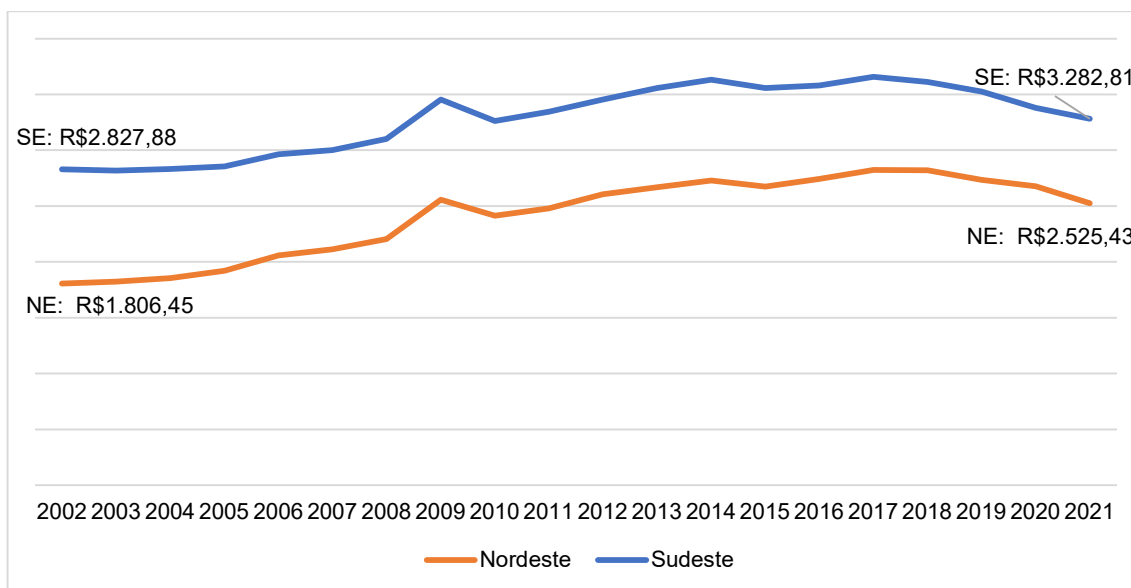
A partir da análise, é perceptível que a região Sudeste além de ter a maior massa salarial, tem também a segunda maior remuneração média. O gráfico abaixo mostra os valores de remuneração médias corrigidos de inflação, com referência a 2021.

Percebe-se que a variação da remuneração média do Sudeste aumentou 16% ao longo dos anos, partindo de R\$2.827,88 em 2002, e chegando a R\$3.282,81 em 2021. O Sudeste é a região mais desenvolvida economicamente do país, com uma economia diversificada, o que pode explicar a maior remuneração média.

A remuneração média no Nordeste também apresentou um aumento significativo ao longo dos anos, começando em R\$ 1.854,03 em 2002 e chegando a R\$2.525,43 em 2021, uma variação de aproximadamente 16%. O desenvolvimento econômico, a expansão de setores-chave e programas sociais podem ter contribuído para esse aumento.

Em geral, a análise sugere que houve um aumento na remuneração média em das regiões brasileiras destacadas durante o período em questão. Esse aumento pode ser atribuído a uma combinação de fatores, incluindo o crescimento econômico, a diversificação econômica, investimentos em infraestrutura, programas sociais e políticas de desenvolvimento regional. Vale ressaltar que as diferenças nas remunerações entre as regiões ainda persistem, com o Sudeste tendo a maior remuneração média e o Nordeste a menor.

Gráfico 3 - Valor de Remuneração Média de 2002 a 2021

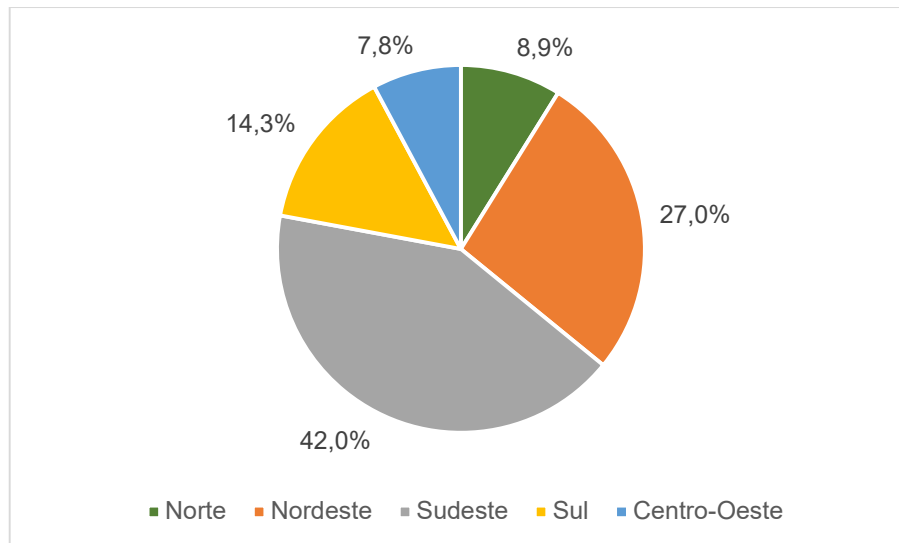


Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

Conforme resultado do gráfico, é possível observar uma queda da remuneração média de 2017 a 2021, o que leva a diminuição do poder de compra dos indivíduos, evidenciando cada vez mais a necessidade de políticas públicas de incentivo à renda para complementação.

Ao analisar o ano de 2021, no Gráfico 4, de acordo com os dados populacionais publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que o Brasil possuía uma população total aproximada de 213,3 mil pessoas, as quais estão concentradas, majoritariamente, no Sudeste (42,02%) e no Nordeste (27,03%).

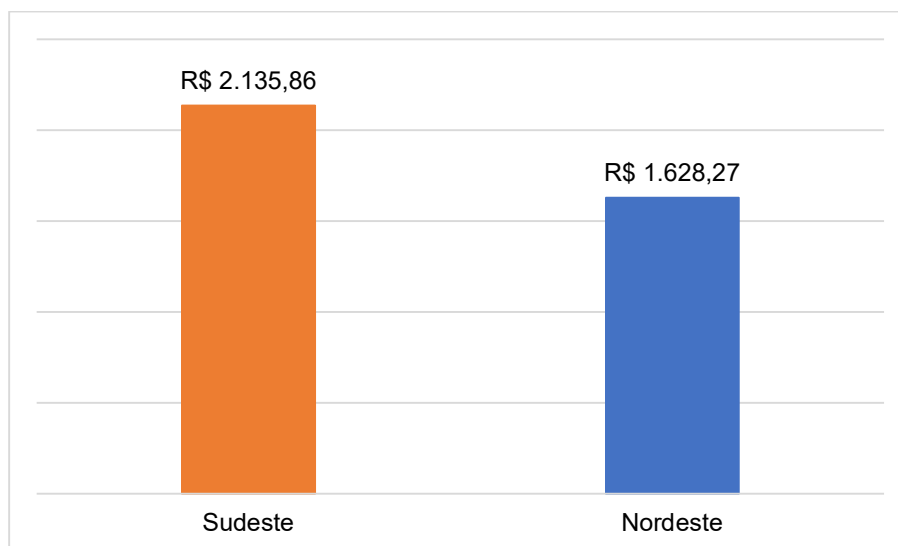
Gráfico 4 - População Total Brasileira em 2021



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A grande concentração de brasileiros no Sudeste – aproximadamente 89,6 milhões – faz com que a o valor da remuneração salarial seja o maior entre todas as regiões. Entretanto, ao comparar os resultados da região Nordeste, mesmo sendo a segunda maior região populosa, nota-se que tem uma massa salarial 3,5 vezes menor que o Sudeste.

Gráfico 5 - Valor Remuneração Média das Regiões Sudeste e Nordeste em 2021



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

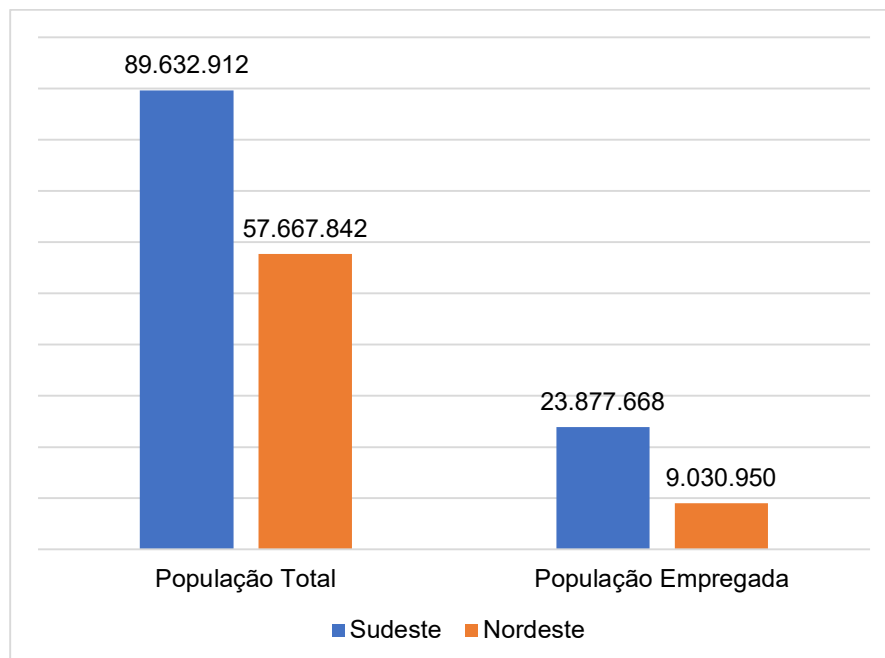
Essa discrepância também reflete ao analisar o valor de remuneração média das regiões citadas. Conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a remuneração média do Sudeste é R\$757,38 maior que a do Nordeste, de acordo com os resultados do Gráfico 5.

Ademais, é importante ressaltar também a diferença entre a população total do Nordeste e Sudeste comparada à população empregada dessas regiões. Conforme o Gráfico 6 abaixo, observa-se que, além da discrepância em termos de população total das regiões apresentadas, a desigualdade também está presente quando analisa-se a população empregada.

Em 2021, a região Sudeste apresenta a população total de aproximadamente 89,6 milhões de pessoas, e desse resultado, cerca de 24 milhões estavam empregadas. Esse índice representa 27% da população total, que trabalha, participa da massa salarial e estimula a remuneração média da região.

Entretanto, no mesmo ano, o Nordeste tinha uma população geral de 57,6 milhões de habitantes, dos quais apenas 9 milhões possuem vínculos empregatícios. Essa estatística caracteriza 16% da população total.

Gráfico 6 - População Total vs. População Empregada do Sudeste e Nordeste em 2021



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Portanto, quando comparado os indicadores apresentados para ambas as regiões, constata-se que o número de pessoas empregadas no Sudeste é quase três vezes maior que no Nordeste, ocasionando as discrepâncias não só de volume de massa salarial, mas também de remuneração média.

3.3 Comparação mercado de trabalho

A baixa remuneração média no Nordeste do Brasil em comparação com outras regiões do país é um problema persistente que reflete desigualdades econômicas e sociais significativas. Essa disparidade salarial é influenciada por uma série de fatores, e ressaltar a necessidade de políticas públicas que incentivem o aumento da renda na região é crucial para promover o desenvolvimento econômico e social. Aqui estão alguns pontos a serem considerados.

O Nordeste historicamente enfrentou desafios econômicos, desde a colonização, com uma estrutura produtiva muitas vezes menos diversificada do que em outras partes do Brasil. Isso resultou em uma menor demanda por mão de obra qualificada e, conseqüentemente, em salários mais baixos. Segundo o relatório regional do Banco Central de fevereiro de 2022, a dinâmica econômica do Nordeste em 2021 teve como sustentáculo o setor de serviços, especialmente aqueles voltados para as famílias, com ênfase em hospedagem e alimentação. Além disso, os segmentos de transporte, educação, serviços financeiros e empresariais também desempenharam papéis significativos.

Além disso, grande parte do mercado de trabalho no Nordeste é caracterizado pela informalidade. Muitos trabalhadores estão empregados em setores informais, como agricultura de subsistência, pequenas atividades comerciais e prestação de serviços não registrados. Esses empregos geralmente oferecem baixos salários e falta de benefícios sociais.

A região enfrenta desafios educacionais, com taxas de escolaridade e qualificação profissional abaixo da média nacional, o que limita as oportunidades de emprego bem remunerado e reforça a tendência de baixos salários. A infraestrutura precária em algumas áreas do Nordeste pode dificultar o acesso a mercados e a

participação em setores econômicos mais dinâmicos. Isso afeta a capacidade da região de competir e inovar.

Para enfrentar esses desafios, são necessárias políticas públicas específicas que incentivem a renda e o desenvolvimento econômico na região. Algumas ações podem incluir investimentos em educação de qualidade, treinamento profissional, infraestrutura, apoio ao empreendedorismo local, e medidas para formalizar o mercado de trabalho.

Os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, desempenham um papel importante na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida das famílias de baixa renda no Nordeste, eles aumentam a renda disponível das famílias geralmente leva a um aumento no consumo. Isso, por sua vez, pode impulsionar a demanda por bens e serviços, beneficiando empresas e estimulando a atividade econômica.

No entanto, é fundamental que esses programas sejam complementados por medidas que promovam o emprego e o aumento da renda de forma sustentável. Além das políticas de mercado de trabalho, é importante promover o desenvolvimento regional equilibrado, incentivando a diversificação da economia e a criação de empregos em setores de maior valor agregado.

Em resumo, a baixa remuneração média no Nordeste do Brasil está relacionada a uma série de fatores complexos, e a abordagem para melhorar essa situação deve ser multifacetada, combinando medidas de curto e longo prazo. A implementação de políticas públicas eficazes é fundamental para incentivar o aumento da renda na região e reduzir as desigualdades econômicas.

3.4 Comparação populacional e de beneficiários

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), disponibilizados pelo Ipeadata, de 2004 a 2022, houve um grande aumento no número de famílias que são beneficiadas pelo programa Bolsa Família.

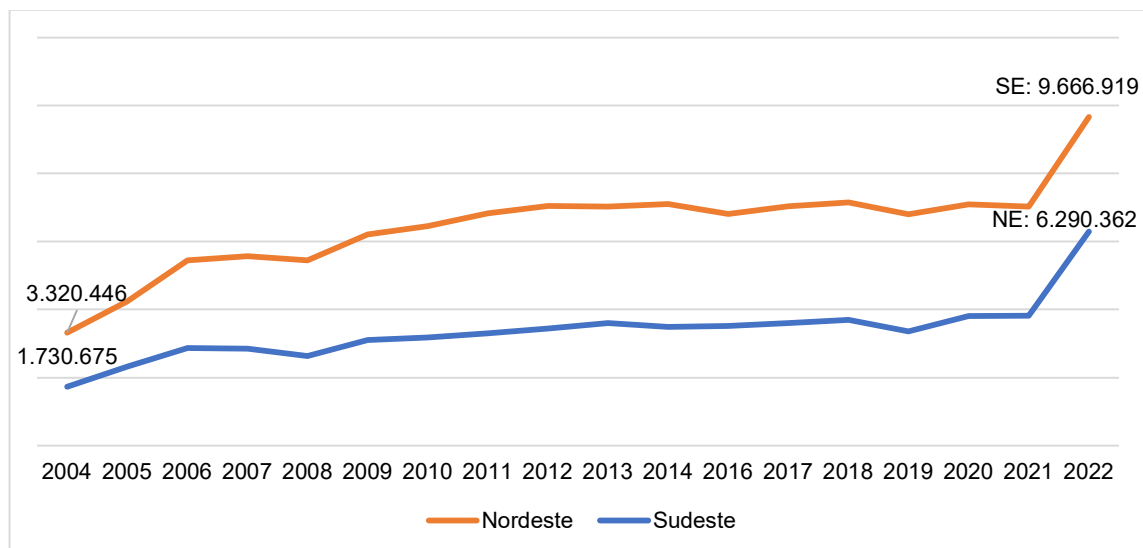
Essa demanda está concentrada, majoritariamente, em duas regiões, Nordeste e Sudeste. Desde a primeira captação de dados, o Nordeste ocupa a primeira posição em número de famílias beneficiárias.

Conforme o Gráfico 7 abaixo, desde 2004 a demanda dos nordestinos em relação ao programa Bolsa Família é bastante expressiva e, de acordo com os números disponibilizados pelo MDS e Ipeadata, em 2022, o benefício atendeu aproximadamente 9,6 milhões de famílias nordestinas.

Isso se dá devido à persistente desigualdade social e econômica na região. Causas principais incluem a falta de oportunidades econômicas em algumas áreas rurais, baixo acesso a serviços educacionais e de saúde de qualidade, bem como desafios climáticos que afetam a agricultura e a subsistência.

Além disso, políticas sociais focadas na redução da pobreza, como o Bolsa Família, foram direcionadas ao Nordeste para combater a pobreza extrema e melhorar as condições de vida das famílias. Logo, O Nordeste concentra uma parcela significativa da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que leva a um grande número de beneficiários.

Gráfico 7 - Total de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família de 2004 a 2022



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

Embora o Sudeste seja uma das regiões economicamente mais desenvolvidas do Brasil, ele também tem um grande número de beneficiários do Bolsa Família devido ao tamanho da sua população, é a segunda região que mais demanda o benefício.

É importante ressaltar que o Bolsa Família é um programa de transferência de renda voltado para a redução da pobreza e da desigualdade, e o número de

beneficiários reflete a dinâmica econômica e social do Brasil, bem como as políticas governamentais em curso. As variações regionais refletem as diferentes necessidades e realidades de cada parte do país.

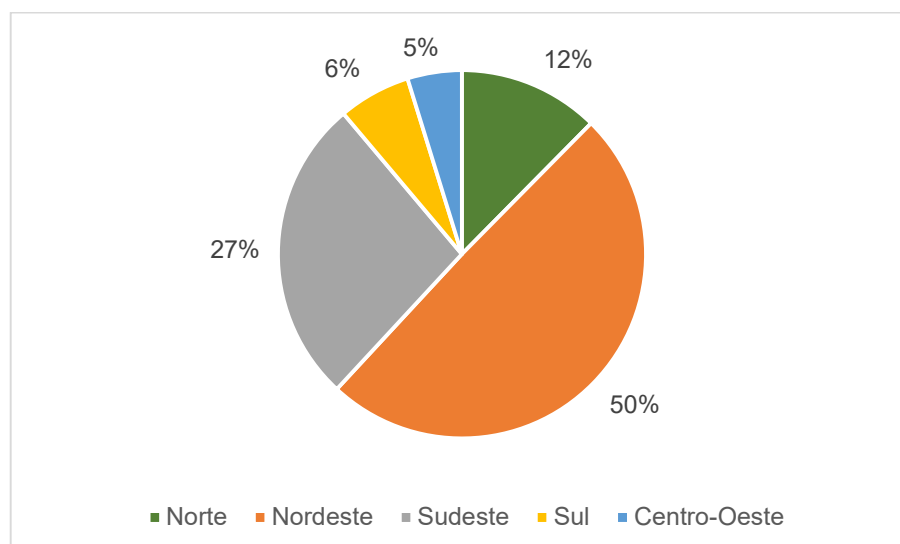
Além disso, o programa segue sérios critérios de elegibilidade, previamente apresentados no tópico 2.2.1, que devem ser seguidos para que sua concessão acontece às pessoas em situação de vulnerabilidade social, q

Outro fator que deve ser levado em consideração para a análise da distribuição do benefício nas regiões é o a população total. Conforme evidenciado, o Sudeste é a segunda região que mais demanda o beneficiamento do Bolsa Família. Entretanto, quando se compara os dados absolutos das famílias atendidas pelo benefício com a sua população, a necessidade é relativamente baixa.

De acordo com dados populacionais do Censo de 2021, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Sudeste tinha uma população de aproximadamente 89 milhões de pessoas. Logo, a parcela de beneficiários do Bolsa Família na região, de 3,8 milhões de pessoas em 2021, representa apenas 4,3% da população total.

Por outro lado, a região Nordeste apresentava um total populacional de 57,6 milhões, onde cerca de 7 milhões eram beneficiadas pelo Bolsa Família, o que constitui 12% da população região, ou seja, o triplo quando comparado com o Sudeste.

Gráfico 8 - Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família (%) em 2021



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

3.5 Faixa salarial com base do salário mínimo

Conforme os dados coletados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a região Nordeste apresenta remuneração média bastante concentrada nas primeiras faixas salariais, que vão de 1,01 a 1,5 Salário Mínimo.

Historicamente a região tem uma remuneração média mais baixa quando comparada a outras regiões do país devido a diversos fatores econômicos, sociais e históricos.

A economia do Nordeste é frequentemente baseada em setores como agricultura de subsistência, pecuária e indústrias menos desenvolvidas em comparação com as regiões mais industrializadas do país. A falta de diversificação econômica e de investimento em setores de maior valor agregado contribui para uma remuneração média mais baixa.

Além disso, em geral, a mão de obra na região Nordeste tende a ter níveis de qualificação mais baixos em comparação com outras regiões do Brasil. Isso limita as oportunidades de emprego em setores de maior remuneração.

Outro fator que tem impacto direto na remuneração é a qualidade da educação, que em algumas partes do Nordeste pode ser inferior, o que resulta em uma força de trabalho menos qualificada e menos capacitada para empregos de maior remuneração.

A falta de políticas de desenvolvimento regional eficazes e investimento governamental suficiente para promover o crescimento econômico no Nordeste também desempenhou um papel importante na manutenção das disparidades de renda.

Para rever essa situação, muitos nordestinos migram para outras regiões do país, principalmente o Sudeste, em busca de oportunidades de emprego melhores. Isso pode reduzir a força de trabalho e a renda média na região Nordeste.

Portanto, através da Tabela 1, nota-se que a renda média mais baixa no Nordeste do Brasil é o resultado de uma combinação de fatores históricos, econômicos, sociais e políticos que contribuíram para a desigualdade persistente entre as diferentes regiões do país. Para melhorar a situação, são necessários investimentos em educação, infraestrutura e desenvolvimento econômico, bem como políticas públicas que visem reduzir as disparidades regionais.

Tabela 1 - Faixa de Remuneração Média por Salário Mínimo da Região Sudeste e Nordeste, em 2021

Faixa Remun Média (SM)	Nordeste	Sudeste
Até 0,50	106.192	205.001
0,51 a 1,00	1.158.611	1.352.631
1,01 a 1,50	3.539.237	6.473.326
1,51 a 2,00	1.330.467	4.666.199
2,01 a 3,00	1.089.146	4.279.421
3,01 a 4,00	532.210	2.047.063
4,01 a 5,00	327.743	1.115.367
5,01 a 7,00	312.358	1.189.536
7,01 a 10,00	190.205	797.023
10,01 a 15,00	122.288	535.320
15,01 a 20,00	55.108	223.570
Mais de 20,00	44.770	233.265

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Por outro lado, a região Sudeste tem boa parte de sua população enquadrada nas faixas de remuneração por salário mínimo maiores que a região Nordeste, conforme apresentado na tabela acima.

Essa diferença evidencia a disparidade da distribuição de renda e elucida os fatores que levam o Sudeste a ter um índice de remuneração média maior. Quando comparado ao total, 73% do vínculo empregatício do Sudeste está concentrado nas primeiras cinco faixas salariais, chegando a atingir a faixa de 2,01 a 3,00 salários mínimos.

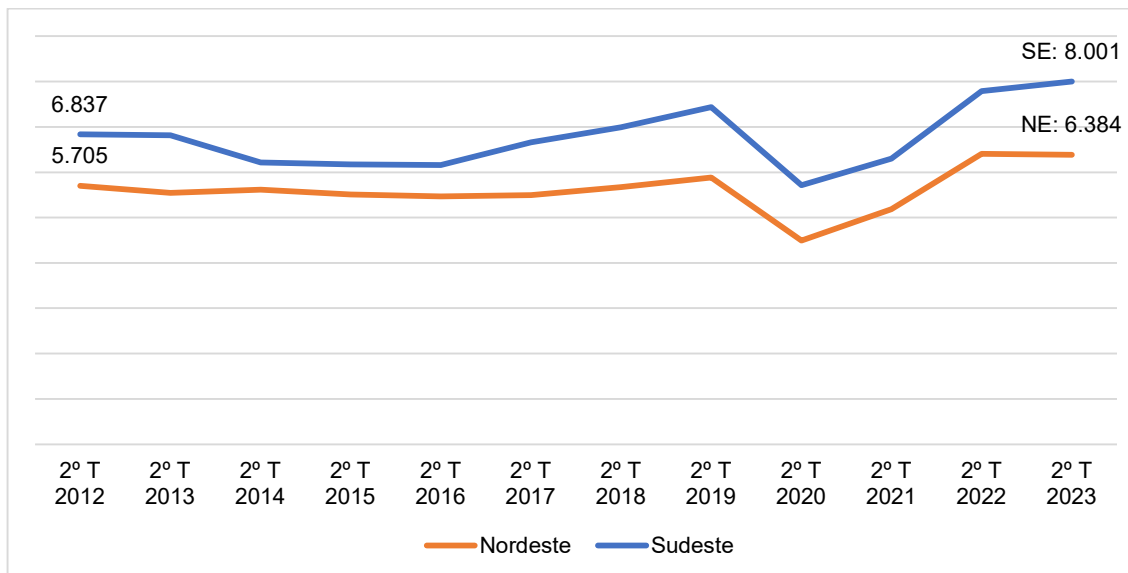
Ao observar a mesma porcentagem no Nordeste, 70%, os dados apontam que os habitantes da região que possuem vínculo não alcançam a quinta faixa, limitando a remuneração na faixa de 1,51 a 2,00 salários mínimos.

3.6 Análise da posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal

A análise do aumento da informalidade nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil ao longo dos anos revela algumas tendências e variações significativas, é possível observar esse comportamento através dos dados de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas (Mil pessoas), disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (PNAD/T).

A taxa de informalidade no Nordeste tem oscilado ao longo dos anos, mas com uma tendência geral de aumento a partir do 2º trimestre de 2020, conforme apontado no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Pessoas em situação de informalidade (mil pessoas)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNAD/T)

Em 2022, houve um pico significativo na informalidade, atingindo 6.403 trabalhadores informais. As possíveis causas para o aumento da informalidade no Nordeste podem incluir a falta de oportunidades formais de emprego, especialmente

em áreas rurais e pequenas cidades. A região também é afetada por sazonalidade econômica, com trabalhos temporários em setores como agricultura e turismo.

A região Sudeste também sofreu um aumento na informalidade ao longo dos anos, com um pico notável em 2022, com 7.790 trabalhadores informais. Alguns motivos que podem impactar a informalidade no Sudeste incluem a dificuldade de encontrar empregos formais em áreas urbanas altamente competitivas e caras, bem como o impacto da pandemia de Covid-19, que levou ao fechamento de empresas formais e ao aumento do trabalho por conta própria.

É importante observar que o ano de 2020, marcado pela pandemia de COVID19, afetou significativamente a economia brasileira e pode ter contribuído para o aumento da informalidade em ambas as regiões. Muitos trabalhadores formais perderam seus empregos devido a restrições e fechamentos de empresas, levando-os a buscar oportunidades informais para sobreviver.

O desemprego e o subemprego são problemas persistentes no Brasil e podem estar contribuindo para a informalidade, já que muitos trabalhadores buscam alternativas informais de renda quando não conseguem encontrar empregos formais adequados.

As regiões têm características econômicas diferentes. Enquanto o Sudeste possui áreas urbanas altamente desenvolvidas, o Nordeste enfrenta desafios econômicos estruturais em algumas áreas, o que pode levar mais pessoas a trabalhar informalmente.

Outro fator são políticas governamentais, ou a falta delas, que também podem influenciar a informalidade. Incentivos para a formalização de empresas e medidas de apoio à geração de empregos formais podem ajudar a combater a informalidade.

Em suma, a informalidade tem aumentado nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, com possíveis causas incluindo desafios econômicos regionais, o impacto da pandemia, falta de oportunidades formais e desemprego persistente. Políticas públicas voltadas para a geração de empregos formais e o apoio aos trabalhadores informais podem ajudar a abordar esse problema.

3.7 Conclusão do capítulo

O capítulo abordou uma série de indicadores sobre a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil, com foco nas regiões Sudeste e Nordeste. O estudo desses indicadores revelou uma realidade complexa e multifacetada, com desafios e oportunidades distintas em cada região.

Constata-se que, embora tenha havido um aumento na massa salarial no Nordeste, essa região ainda enfrenta desigualdades socioeconômicas significativas. A desigualdade de renda persiste, assim como questões relacionadas à infraestrutura e ao acesso limitado a serviços básicos.

A análise do Valor Remuneração Média destacou uma grande disparidade entre o Sudeste e o Nordeste, com a primeira região ostentando uma renda média muito mais elevada, que reflete as diferenças na estrutura econômica, o custo de vida e a distribuição de empregos qualificados.

A comparação com o mercado de trabalho ressaltou a importância dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, na redução da pobreza. No entanto, enfatiza-se a necessidade de medidas adicionais que promovam o emprego sustentável e o aumento de renda. O desenvolvimento regional equilibrado e a diversificação econômica são essenciais para combater as desigualdades econômicas.

Ao analisar a Comparação Populacional e de Beneficiários do Bolsa Família, observa-se que as variações regionais refletem as diferentes realidades de cada parte do país. A região Nordeste apresenta uma necessidade maior de assistência devido à vulnerabilidade socioeconômica.

Desse modo, este capítulo fornece uma visão detalhada das complexidades do mercado de trabalho nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. Para abordar os desafios e promover um desenvolvimento econômico mais equitativo, é fundamental que políticas públicas sejam implementadas com uma abordagem abrangente, visando não apenas melhoria das condições de vida e a redução das disparidades regionais, mas também o incentivo à renda e empregos.

4 CONCLUSÃO

Com base nas conclusões apresentadas nos capítulos anteriores, é possível afirmar que a desigualdade socioeconômica é um desafio complexo e multifacetado que afeta profundamente a sociedade. A desigualdade se manifesta de várias formas, incluindo disparidades na distribuição de renda, acesso a serviços básicos, oportunidades de emprego, entre outros. Dois impactos significativos da desigualdade são a fome, que representa uma manifestação extrema das disparidades econômicas, e a desigualdade na distribuição de renda, que perpetua ciclos de pobreza e dificulta a mobilidade social.

Políticas de transferência de renda desempenham um papel crucial na mitigação da desigualdade e na promoção da inclusão social. Essas políticas fornecem assistência direta às famílias de baixa renda, aliviando a pobreza e criando condições mais igualitárias de acesso a serviços e oportunidades. Além disso, contribuem para melhorar as condições de saúde, educação e bem-estar geral dos beneficiários, promovendo sua inclusão e empoderamento social.

A estrutura das políticas de transferência de renda pode variar de acordo com o contexto e o país, mas elementos comuns incluem critérios de elegibilidade, mecanismos de cadastramento, gestão de beneficiários e monitoramento para garantir sua efetividade.

O estudo dos indicadores do mercado de trabalho nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil revelou uma realidade complexa, com desafios distintos em cada região. Embora tenha havido melhorias na massa salarial no Nordeste, a desigualdade de renda persiste, a disparidade na remuneração média entre o Sudeste e o Nordeste destaca a necessidade de medidas adicionais para promover empregos sustentáveis e aumentar a renda. O desenvolvimento regional equilibrado e a diversificação econômica são fundamentais para combater as desigualdades econômicas.

Os programas brasileiros de incentivo à renda mostram

Para enfrentar os desafios da desigualdade e promover um desenvolvimento econômico mais equitativo, é fundamental que as políticas públicas sejam implementadas de maneira abrangente, visando melhorar as condições de vida,

reduzir as disparidades regionais, incentivar o emprego sustentável e aumentar a renda. A busca por uma sociedade mais justa e equitativa requer ações coordenadas e políticas inclusivas que abordem as múltiplas dimensões da desigualdade.

REFERÊNCIAS

OXFAM. **A Desigualdade Mata**. Oxford: Oxfam International, 2022. 60 p.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XX**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 672 p.

OXFAM/DATAFOLHA. **Nós e a Desigualdade**: percepções sobre desigualdade no Brasil. Oxfam/Datafolha, 2022. 56 p.

OXFAM. **Desigualdade Social**: um panorama completo da realidade mundial. Oxfam, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/desigualdade-social-um-panorama-completo-da-realidade-mundial/>

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. 398 p.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos. Barueri: Atlas, 2012. 264 p.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania**: a saída é pela porta. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2018. 464 p.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DI GIOVANNI, Geraldo. **As Estruturas Elementares das Políticas Públicas**. Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – Nepp, 2009. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0CAIQw7AJahcKEwjg5oPCuK__AhUAAAAAHQAAAAAQAw&url=https%3A%2F%2Fwww.nepp.unicamp.br%2Fbiblioteca%2Fperiodicos%2Fissue%2Fdownload%2F9%2FCadPesqNepp82&psig=AOvVaw0vQu81J_8VtUORbN8psEwd&ust=1686168270828991w2Ty. Acesso em: 06 jun. 2023.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. **As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (Aveo)**. In: CUNHA, J. M. P. da (org.). *Novas metrópoles paulistas – população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2006.

DI GIOVANNI, G. Sistemas de proteção social; uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.), *Reforma do Estado & Políticas de Emprego no Brasil*. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1998. p.10.

CAMARGO, Orson. **Desigualdade Social Colaborador Brasil** escola graduação em sociologia política, pela escola de sociologia e política de São Paulo- FESPSP, mestre em sociologia pela Universidade de Campinas-Unicamp, 2016.

DI GIOVANNI, G. **Sistema de proteção social**: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. de (org.). Reforma do Estado e política de emprego. Campinas-SP: IE/UNICAMP, p.9-29,1998.

CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). **Da Fome à Fome**: diálogos com josué de castro. São Paulo: Elefante, 2022. 216 p. Disponível em: <http://geografiadafome.fsp.usp.br/da-fome-a-fome-dialogos-com-josue-de-castro/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. Sete chaves para pensar o atual cenário da fome no Brasil: a contribuição de Josué de Castro. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). **Da Fome à Fome**: diálogos com josué de castro. São Paulo: Elefante, 2022. p. 24-32. Disponível em: <http://geografiadafome.fsp.usp.br/da-fome-a-fome-dialogos-com-josue-de-castro/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Regional**. 16. ed. Brasília, 2022. 78 p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/boletimregional/202202>. Acesso em: 10 out. 2023.